

## DESTAQUES DA SEMANA Tecnologia da Informação

4 a 8 de abril de 2022

### Nesta Edição

- △ [Atividades da Assespro Nacional](#)
- △ [Proteção de Dados](#)
- △ [5G no Brasil](#)
- △ [Inteligência Artificial](#)
- △ [Educação](#)
- △ [Mídias Sociais](#)
- △ [PD&I](#)
- △ [Economia & Tributário](#)
- △ [Internacional](#)
- △ [Ambiental](#)
- △ [Saúde](#)
- △ [Orçamento](#)
- △ [Administração Pública](#)
- △ [Nomeações](#)
- △ [Agendas de Destaque](#)

## Atividades da Assespro Nacional

Nesta semana, o Plenário da Câmara rejeitou o requerimento de urgência na tramitação do [PL 2630/2020](#) (*Combate às Fake News*). A **Federação Assespro** vem se manifestando perante os parlamentares a preocupação da entidade quanto a dispositivos presentes no [substitutivo](#) apresentado pelo deputado **Orlando Silva** (PCdoB/SP) quanto à **(i)** representação da empresa no Brasil (art. 37); **(ii)** sanções (art. 31); e **(iii)** “Dos procedimentos de devido processo” (Seção IV do Capítulo II). Apesar da rejeição, o deputado Orlando Silva pretende votar novo requerimento de urgência nas próximas semanas. Para isso, a relator tem negociado com os partidos, a fim de chegar novo acordo.

## Proteção de Dados

- **ANPD realiza reuniões técnicas para elaboração de norma sobre encarregado pelo tratamento de dados pessoais.** Ocorreram, nesta semana, as [reuniões técnicas relativas à tomada de subsídio para elaboração de minuta da norma sobre o encarregado pelo tratamento de dados pessoais](#), e trataram sobre **(i)** as formas de atuação do encarregado; **(ii)** terceirização

e responsabilização; (iii) a informação de contato do encarregado e dispensa de indicação do encarregado; (iv) setor público; e (v) características e atribuições. A elaboração da norma encontra previsão na Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022, a qual prevê como meta, em seu item nº 8, o início do processo de regulamentação sobre o assunto ainda no primeiro semestre de 2022. Com informações de: [ASCOM – ANPD](#)

- **CCT aprova requerimento para que o diretor-presidente da ANPD preste informações sobre a LGPD.** A Comissão Diretora do Senado Federal (CDIR) aprovou o [requerimento](#) apresentado pelo senador **Alessandro Vieira** (CIDADANIA/SE), para que se envie solicitação de informação ao diretor-presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), **Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior**, sobre a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- **ME amplia competências do Comitê Estratégico de Segurança da Informação.** A [Portaria nº 2.800/2022](#), publicada nesta semana pelo Ministério da Economia (ME), altera a [Portaria](#) que institui a Política de Segurança da Informação do Ministério para, dentre outros, suprimir relação de temas sobre os quais o [Comitê Estratégico de Segurança da Informação](#) poderia estabelecer normas e procedimentos, ampliando seu escopo de atuação. Também amplia a autonomia do Comitê para revisar da Política de Segurança da Informação, ao tempo em que amplia de 1 para 4 anos o tempo mínimo para essa revisão. Esta Portaria entra em vigor em 2 de maio de 2022.

## 5G no Brasil

- **CDIR irá solicitar informações ao ministro das Comunicações sobre implantação do 5G.** A Comissão Diretora do Senado Federal aprovou, nesta semana, o [requerimento](#) apresentado Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para solicitação de envio de informações, pelo ministro das Comunicações, relativas a atos do Poder Executivo que tratam da política pública para a implantação das redes móveis de quinta geração (5G) no Brasil.

## Inteligência Artificial

- **Prazo para encaminhamento de sugestões ao marco regulatório da IA encerra dia 13 de maio.** A Comissão de juristas responsável por subsidiar a elaboração de substitutivo sobre inteligência artificial no Brasil irá receber sugestões de especialistas e demais setores da sociedade ao novo marco regulatório da inteligência artificial. Estas deverão ser encaminhadas ao Senado até 13 de maio para o e-mail [cjsubia@senado.leg.br](mailto:cjsubia@senado.leg.br) ou para o Protocolo do Senado Federal (Ala Senador Alexandre Costa, Sala 15, subsolo). Com informações de: [Agência Senado](#)
- **Comissão de juristas responsável pela elaboração de substitutivo sobre IA no Brasil cancela reunião.** Em virtude da necessidade de ampliação do prazo para a indicação de convidados para as audiências públicas pelos membros da Comissão de juristas responsável por subsidiar a elaboração de substitutivo sobre inteligência artificial no Brasil, foi cancelada a

reunião prevista para esta sexta-feira (8). A agenda das audiências públicas será divulgada até o dia 20 de abril.

## Educação

- **Designado relator de Plenário da Medida Provisória sobre o Programa Internet Brasil.** No âmbito da Câmara dos Deputados, o deputado **Sidney Leite** (PSD/AM) foi designado relator da [MPV 1077/2021](#) (*Programa Internet Brasil*), sendo esperada a publicação do parecer preliminar e inclusão da matéria na pauta nos próximos dias. Para que não perca a vigência, a matéria deve ser votada pelos parlamentares até 17 de maio. A matéria, ainda, recebeu [92 emendas](#) apresentação, que tratam sobre diversos temas, como: **(i)** inclusão do FUST como fonte de recursos do programa; **(ii)** ampliação dos beneficiados; e **(iii)** instituição de um Comitê de Acompanhamento da Implementação do Programa, que também deverão receber um parecer em Plenário.
- **CE enviará solicitação de informação ao TCU sobre aplicação de Lei que prevê a destinação excepcional de recursos para conectividade em escolas públicas.** A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado Federal aprovou, nesta semana, o [requerimento](#) apresentado pelo senador **Alessandro Vieira** (PSDB/SE) para que o Tribunal de Contas da União (TCU) informe sobre a aplicação da [Lei nº 14.172/2021](#) e o uso dos recursos da União pelos Estados, para a aplicação excepcional dos recursos de contratação de soluções de conectividade móvel para contratação de serviços de conectividade para as escolas da rede pública de ensino em um cenário pós-pandemia.
- **CSP aprova parecer a projeto que prevê a priorização na utilização de equipamentos de informática e similares apreendidos por alunos da educação básica e infantil.** A Comissão de Segurança Pública (CSP) do Senado Federal aprovou, nesta semana, o [parecer](#) favorável ao [PL 2666/2021](#), com emenda, apresentado pelo senador **Rogério Carvalho** (PT/SE). O projeto em questão altera o Código de Processo Penal e a Lei de Drogas, para garantir aos alunos da educação básica e infantil a prioridade na utilização de equipamentos de informática, celulares e similares apreendidos pelos órgãos e entidades. A matéria segue à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e, caso aprovada na nova Comissão, seguirá para apreciação na Câmara dos Deputados.
- **CCT irá realizar audiência pública sobre soluções tecnológicas para melhoria de indicadores educacionais.** A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado Federal aprovou, nesta semana, o [requerimento](#) apresentado pelo senador **Rodrigo Cunha** (PSDB/AL) para a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as soluções tecnológicas para a melhoria dos indicadores educacionais. O documento solicita, ainda, que sejam convidados, dentre outros, representantes dos Ministérios da Educação (MEC); e da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI); bem como representantes de organizações ligadas à tecnologias na educação.

## Mídias Sociais

- **Câmara rejeita requerimento de urgência para votação do projeto das *Fake News*.** Foi rejeitado, em Sessão Plenária na Câmara dos Deputados realizada nesta quarta-feira (6), o requerimento de urgência para votação do PL das *Fake News* (PL 2630/2020), que resultaria na inclusão do projeto diretamente na pauta de votações do Plenário, sem passar pelas Comissões. O requerimento precisava de 257 votos favoráveis, mas contou com o apoio de apenas 249 deputados. Outros 207 deputados votaram contra a aplicação do regime de urgência ao projeto neste momento. Apesar da derrota, o deputado **Orlando Silva** (PCdoB/SP), relator da matéria, já articula a votação de novo requerimento de urgência para as próximas semanas, buscando incorporar novos ajustes em seu texto, arregimentando maior apoio na aprovação da matéria.
- **Google e Youtube publicam manifestos com críticas ao PL das *Fake News*.** Foi publicado nesta segunda-feira (4), no blog oficial do Youtube, manifesto público com críticas ao PL das *Fake News* (PL 2630/2020). Ainda no sábado (2), o Google divulgou manifesto em suas redes. Ambos criticam o substitutivo apresentado pelo relator **Orlando Silva** (PCdoB/SP) e pedem o aprofundamento do debate antes que a matéria seja encaminhada para votação. Com informações de: [Teletime](#)
- **TSE e Câmara dos Deputados assinam compromisso para combate às *fake news* nas eleições.** Nesta semana, o presidente da Câmara dos Deputados, **Arthur Lira** (PP/AL) e o presidente e vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministros **Edson Fachin** e **Alexandre de Moraes** – que assumirá a presidência do tribunal no período eleitoral – assinaram termo de cooperação para o enfrentamento da desinformação durante as eleições. Pelo documento, ambas instituições se comprometem a realizar atividades voltadas à conscientização da ilegalidade das práticas de desinformação; adotar medidas para desestimular e denunciar condutas ilegais em campanhas e o envio de disparo em massa de mensagens de propaganda política em desacordo com a legislação; auxiliar na defesa da integridade do processo eleitoral e da confiabilidade do sistema eletrônico de votação; e difundir conteúdos oficiais produzidos pelo TSE, incluindo serviços úteis ao eleitor. Com informações de: [Valor Econômico](#)

## PD&I

- **MCTI institui Comitê de Especialistas em Tecnologia Social.** Nesta semana, foi criado, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), um Comitê de Especialistas em Tecnologia Social, que visa apoiar a instituição de políticas públicas de pesquisa, desenvolvimento científico, tecnológico e de inovações, e seus desdobramentos na temática social. A medida entra em vigor em 2 de maio de 2022.
  - » Neste sentido, **compete ao Comitê** auxiliar **(i)** na promoção da integração dos esforços de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico; **(ii)** na definição de prioridades de pesquisa nessa área do conhecimento; **(iii)** na articulação e integração de iniciativas de pesquisa, desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação relacionadas a políticas desenvolvidas pelo Ministério na área de tecnologia, na promoção do desenvolvimento de tecnologias para auxiliar o desenvolvimento social e econômico do País; e **(iv)** no diagnóstico e concepção de soluções para os desafios nacionais referentes ao setor de tecnologia social.

- » Estarão representados no Comitê o Departamento de Ciências da Vida e Desenvolvimento Humano e Social da Secretaria de Pesquisa e Formação Científica (DEPPD/SEPEF/MCTI); o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA); o Museu Paranaense Emílio Goeldi (MPEG); o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP); e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM).
- **MCTI aprova os parâmetros de aplicação dos recursos e limites máximos anuais para operações especiais do FNDCT.** O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) [aprovou](#) os novos parâmetros de aplicação dos recursos e os limites máximos anuais de recursos orçamentários para as operações especiais do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), propostos pela Câmara Técnica de Políticas de Incentivo à Inovação (CTPII). A medida substitui a [Portaria MCTI nº 5.229/2021](#), que versa sobre o tema, e estabelece, por exemplo, que as operações especiais diretas de financiamento, aprovadas pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e realizadas exclusivamente com recursos do FNDCT terão como parâmetros de equalização: (i) 90% da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) na Linha 1 de apoio direto à inovação, em inovação crítica; (ii) 70% da TJLP na Linha 2 de apoio diretor à inovação, em inovação pioneira, entre outros. Similarmente, para as operações descentralizadas de financiamento, aprovadas por agentes financeiros da Finep e com recursos do FNDCT, os seguintes, são exemplos dos parâmetros de equalização – variáveis conforme o porte da empresa: (i) de 80% a 60% da TJLP na Linha 1 Finep Inovacred; e (ii) de 100% a 80% da TJLP na Linha 4 – Finep Inovacred 4.0.
- **CCT irá realizar audiência pública sobre os avanços tecnológicos e inovações para prevenção de desastres naturais.** A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado Federal irá realizar audiência pública com o objetivo de debater os avanços tecnológicos e inovações para a prevenção de desastres naturais, aplicados à defesa civil e sua estrutura logística, em áreas urbanas ou turísticas. O [requerimento](#) aprovado foi apresentado pelo senador **Rodrigo Cunha** (PSDB/AL) e prevê o convite a representantes, dentre outros, dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), do Meio Ambiente (MMA), da Defesa (MD) e do Desenvolvimento Regional (MDR).
- **CGF aprova Plano de Aplicação de Recursos da Fundação CPqD para 2022-2024.** O Conselho Gestor do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (CGF) [aprovou](#), nesta semana, o Plano de Aplicação de Recursos da Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD), para o período 2022-2024, prevendo que os projetos a serem executados com recursos do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel) pela Fundação serão instrumentalizados por meio de convênios de pesquisa, desenvolvimento e inovação, que serão celebrados pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), agente financeiro do Funttel. Por fim revoga a Resolução anterior que tratava do período de 2021 a 2023. Esta Resolução entra em vigor em 2 de maio de 2022.
- **CGF aprova Regimento Interno.** Concomitantemente, o Conselho Gestor do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (CGF) [aprovou](#), ainda, seu Regimento Interno que prevê que o Colegiado, responsável pela administração do Funttel, é composto por representantes dos Ministérios das Comunicações (MCom), que o presidirá; da Ciência,

Tecnologia e Inovações (MCTI); da Economia (ME), assim como da Agência Nacional das Telecomunicações (Anatel); do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). O Comitê tem como competências: (i) aprovar as normas de aplicação de recursos do Funttel em programas, projetos e atividades; (ii) aprovar, acompanhar e fiscalizar a execução do Plano de Aplicação de Recursos dos agentes financeiros e da Fundação CPqD; e (iii) estabelecer as normas referentes à operacionalização do Funttel, entre outros. Fica revogada a [Resolução CGF nº 119/2018](#) que versava sobre o tema. Esta Resolução entra em vigor em 9 de maio de 2022.

## Economia & Tributação

- **Por falta de quórum, CCJ adia mais uma vez a deliberação da PEC da Reforma Tributária.** Estava prevista, para esta quarta-feira (6), a votação do [parecer](#) à [PEC 110/2019](#) (*Reforma Tributária*) no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal, apresentado pelo senador **Roberto Rocha** (PSDB/MA). A reunião, no entanto, precisou ser adiada por falta de quórum. Esta é a quarta tentativa de votação do relatório. Se aprovada na CCJ, a matéria segue para apreciação em Plenário, em dois turnos, o que dependerá de acordo entre as lideranças partidárias para que o texto avance no Congresso Nacional e seja remetida à Câmara dos Deputados. Com informações de: [Congresso em Foco](#)
- **RFB adequa a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados às alterações ocorridas na NCM.** Por meio de [Ato Declaratório Executivo](#), a Receita Federal do Brasil (RFB) resolveu alterar a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo [Decreto nº 8.950/2016](#), buscando alinhamento entre os códigos e descrições de produtos às alterações realizadas na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), incorporando, quando pertinente, as alíquotas resultantes da redução promovida pelo [Decreto 10.979/2022](#).
- **GECEX zera alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre BK e BIT até 31 de dezembro de 2025.** O Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (GECEX/ME) publicou, nesta semana, duas Resoluções sobre a redução de alíquotas de Imposto de Importação incidentes sobre bens de consumo. As medidas entram em vigor em 1º de maio de 2022. Como parte da consolidação, ambas revogam, ainda, um conjunto de 53 Resoluções que tratavam do tema. A saber:
  - » A [Resolução nº 322/2022](#), que reduz, até 31 de dezembro de 2025, a 0% as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação, na condição de Ex-tarifários, incidentes sobre os Bens de Capital (BK) listados nos Anexos I e II, para os quais não foi constatada produção nacional ou por ter sido constatada produção nacional que não cumpriu requisito da [Portaria ME nº 309/2019](#), relativa à comparação do preço CIF (*Cost, Insurance and Freight*), sem tributos, entre o produto nacional e o importado; e
  - » A [Resolução nº 323/2022](#), que também reduz, até 31 de dezembro de 2025, a 0% as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação, na condição de Ex-tarifários, incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicações (BIT) listados nos Anexos I e II, para os quais não foi constatada produção nacional ou por ter sido constatada produção

nacional que não cumpriu requisito da [Portaria ME nº 309/2019](#), relativa à comparação do preço CIF, sem tributos, entre o produto nacional e o importado.

- **Decreto disciplina sobre o funcionamento do Conselho de Participação em Fundo Garantidor de Operações de Comércio Exterior.** Foi publicado, nesta semana, o [Decreto nº 11.037/2022](#), que dispõe sobre Conselho de Participação em Fundo Garantidor de Operações de Comércio Exterior (CPFGCE), sua composição e funcionamento. Ao CPFGCE compete: **(i)** examinar o estatuto do FGCE e as suas modificações e emitir orientações quanto à participação ou permanência da União, na condição de cotista; **(ii)** orientar a atuação da União nas assembleias de cotistas do Fundo Garantidor; **(iii)** propor medidas com vistas ao equilíbrio econômico-financeiro e à situação atuarial do Fundo; **(iv)** acompanhar as medidas adotadas pela administradora; **(v)** acompanhar o desempenho do Fundo, com base nos relatórios elaborados pela administradora; **(vi)** examinar os relatórios de auditorias interna e externa do Fundo; **(vii)** examinar a prestação de contas, os balanços anuais e as demonstrações financeiras do Fundo, com base nos relatórios elaborados pela administradora; e **(viii)** examinar as propostas de integralização de cotas adicionais ao Fundo, de acordo com seus estatutos. Pelo ato, também fica revogado o [Decreto nº 10.345/2020](#), que versava sobre o mesmo tema.
- **CDIR quer que ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações preste informações sobre a Lei de Informática.** A Comissão Diretora do Senado Federal (CDIR) aprovou o [requerimento](#) apresentado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para que o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, **Marcos Pontes**, informações sobre a Lei de Informática ([Lei nº 8.248/1991](#)), que dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação. Em virtude da saída de Pontes, em observância ao período de descompatibilização, o ministro **Paulo Alvim** deverá comparecer à Comissão.
- **CDIR aprova envio de solicitação de informações sobre projeto que altera a legislação sobre o IRPF/IRPJ e CSLL.** A Comissão Diretora do Senado Federal (CDIR) irá encaminhar ao ministro da Economia, **Paulo Guedes**, solicitação de informações que visem maior transparência ao debate do [PL 2337/2021](#) (*Altera a legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza das Pessoas Físicas e das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido*). O [requerimento](#) foi apresentado pelo senador **José Aníbal** (PSDB/SP).
- **Guedes confirma novo corte do IPI, de 25% para 33%.** O ministro da Economia, **Paulo Guedes**, afirmou, durante o fórum do Bradesco BBI “*Brazil Investment Forum*”, que o Governo Federal ainda pretende ampliar o corte do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de 25% para 33%. O ministro disse que o governo também deve reduzir a tarifa de importação de mais produtos e de bens de capital, informática e telecomunicações. Segundo Guedes, a iniciativa reduziria o Custo Brasil, abrindo a economia brasileira. O aumento da arrecadação permitiria estes cortes. Com informações de: [Poder 360](#)

## Internacional

- **Presidente encaminha ao Congresso textos de acordos e protocolos de Cooperação Econômica e Comercial e de Comércio de Serviços.** Foram [encaminhados](#) para deliberação do Congresso Nacional, nesta semana, os textos do [Acordo de Cooperação Econômica e Comercial entre o Brasil e o Catar](#), assinado em Brasília, em 20 de janeiro de 2010; e da [Emenda ao Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços do Mercosul](#), assinado em Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019.

## Ambiental

- **Presidência da República institui Programa de Sustentabilidade.** A Secretaria-Geral da Presidência da República (SG-PR) [instituiu](#), nesta semana, [Programa PR Sustentável](#), que abrange [iniciativas institucionais que busquem a integração social, ambiental e econômica](#), e tem por objetivo promover ações estratégicas quanto ao [desenvolvimento e gestão sustentável](#), e que atendam os seguintes **princípios**: **(i)** alinhamento dos processos de trabalho ao conceito de sustentabilidade, de modo a incluir as dimensões social, ambiental e econômica; **(ii)** promoção da gestão de recursos que busque a eficiência do gasto público; **(iii)** [gestão adequada dos resíduos gerados](#); **(iv)** promoção do bem-estar no ambiente de trabalho; **(v)** capacitação, sensibilização e conscientização dos servidores; e **(vi)** [aprimoramento dos processos de compras e as contratações, com adoção de critérios de sustentabilidade](#).

## Saúde

- **Designado relator de Plenário do projeto que regulamenta a telemedicina.** O deputado **Pedro Vilela** (PSDB/AL) foi designado relator de Plenário do [PL 1998/2020](#) (*Telemedicina*). A expectativa é que um [parecer preliminar seja apresentado nos próximos dias para rápida votação da matéria](#). O projeto, que autoriza e define a prática da telemedicina em todo o país, tem, ainda, mais 7 proposições apensadas que tratam sobre o tema e que também serão objeto do parecer do relator. A saber: [PL 2852/2020](#), [PL 139/2021](#), [PL 766/2021](#), [PL 4008/2020](#), [PL 4179/2021](#), [PL 4057/2021](#) e [PL 313/2022](#).
- **Especialistas defendem regulamentação da telessaúde.** Durante audiência pública, realizada nesta semana no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal, especialistas defenderam pontos positivos presentes no [PL 4223/2021](#) (*regulamenta ações e serviços de telessaúde*), dentre os quais, a [segurança de dados](#). Para o representante do Conselho Federal de Medicina (CFM), **Donizetti Dimer Giamberardino Filho**, [esse tipo de atendimento precisa, dentre outros, de normas de segurança de dados](#). A regulamentação deste tipo de serviço também foi defendida pelo senador **Nelsinho Trad** (PSD/MS), especialmente devido à introdução de novas tecnologias. Com informações de: [Agência Senado](#)

## Orçamento

- **Vai ao Plenário PEC que altera ADCT sobre aplicação de recursos na educação por Estados, Municípios e o DF.** Nesta semana, foi aprovada, no âmbito da Comissão Especial destinada a proferir parecer à [PEC 13/2021](#), o [relatório](#) favorável, apresentado pelo deputado **Tiago Dimas** (PODE/TO), segue para deliberação em Plenário.

## Administração Pública

- **Senado Federal aprova indicações à ANATEL.** Em semana de esforço concentrado, o Senado Federal sabatinou e aprovou os seguintes indicados para cargos no âmbito da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL): (i) [Carlos Manuel Baigorri](#), para exercer o cargo de presidente do Conselho Diretor, na vaga decorrente do término do mandato de Leonardo Euler de Moraes; (ii) [Artur Coimbra de Oliveira](#), para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor, na vaga decorrente da indicação do senhor Carlos Manuel Baigorri para o cargo de presidente do Conselho; e (iii) [Luciano Godoi Martins](#) para o cargo de ouvidor, com mandato de três anos, na vaga decorrente do término do mandato de Thiago Cardoso Henriques Botelho..
- **ME revoga Instruções Normativas sobre o Plano Anual de Contratações.** A Secretaria de Gestão, vinculada à Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia (SEGES/SEDGG/ME), em consonância com o disposto no art. 16 da [Lei Complementar nº 95/1998](#), e no art. 8º do [Decreto nº 10.139/2019](#), que tratam da revisão do arcabouço normativo do Poder Executivo, [revogou](#) as Instruções Normativas [nº 1/2019](#), e [nº 4/2019](#) que versam sobre o Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação.
- **CI aprova indicações para presidente e conselheiro da ANATEL.** A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado Federal aprovou, nesta semana, as indicações de Carlos Manuel Baigorri à Presidência e a de Artur Coimbra de Oliveira ao Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Relatada pela senadora Daniela Ribeiro (PP/PB), a indicação de Baigorri foi aprovada com 20 votos favoráveis. Coimbra, por sua vez, teve sua indicação relatada pelo senador Roberto Rocha (PSDB/MA) e aprovada por 18 votos favoráveis. Agora, as indicações seguem para votação dos senadores em Plenário. Com informações de: [ASCOM – ANATEL](#)

## Nomeações

- **ME conta com novo representante titular no Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual.** Em substituição a Carlos Alexandre Jorge da Costa, foi [designado](#) [Marcelo Dias Varella](#) para compor o Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual como representante titular, representante do Ministério da Economia (ME).
- **ME altera composição do Comitê Central de Governança de Dados.** A Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia (SEDGG/ME) [alterou](#), nesta semana, a relação dos membros representantes da própria Secretaria, bem como das Secretarias Especiais da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia

(SRFB/ME) e de Modernização do Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República (SEME-PR); da Advocacia Geral da União (AGU); e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no âmbito do Comitê Central de Governança de Dados (CCGD).

- **ANPD designa chefe do Serviço de Métodos e Qualidade.** Foi [designada](#) [Laura Isabel Campos Correa](#) para exercer o cargo de Chefe do Serviço de Métodos e Qualidade da Ouvidoria da Autoridade Nacional de Proteção de Dados da Presidência da República (ANPD).
- **MEC nomeia coordenador-geral de Desenvolvimento de Sistemas do FNDE.** O Ministério da Educação (MEC) [nomeou](#) [Wagner de Paula Pereira](#) para o cargo de coordenador-geral de Desenvolvimento de Sistemas da Diretoria de Tecnologia e Inovação do Fundo Nacional de Desenvolvimento para a Educação (FNDE).
- **Casa Civil nomeia subsecretário de Estudos Orçamentários, Relações Institucionais e Tecnologia da Informação.** Marcio Luiz de Albuquerque Oliveira foi [nomeado](#), nesta semana, para exercer o cargo de subsecretário de Estudos Orçamentários, Relações Institucionais e Tecnologia da Informação da Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, (SOF/SETO/ME).
- **ME altera composição do Grupo de Trabalho sobre aplicabilidade técnica de padrões e normas de governo eletrônico.** Por meio da [Portaria nº 3.040/2022](#), publicada nesta semana pela Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia (SGD/ME), foram alterados o [representante](#) (suplente) do Departamento de Experiência do Usuário de Serviços Públicos (DEUXS), assim como, os [coordenadores do Grupo de Trabalho que tem a finalidade de avaliar a aplicabilidade técnica atual de padrões e normas de governo eletrônico](#) específicos, no âmbito da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia (SGD/ME), estabelecidos pela [Portaria nº 294/2022](#).
- **Subsecretária de Defesa Comercial e Interesse Público é exonerada.** Foi publicada a [exoneração](#) de [Amanda Athayde Linhares Martins Rivera](#), do cargo de subsecretária de Defesa Comercial e Interesse Público da Secretaria de Comércio Exterior da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, vinculadas ao Ministério da Economia (Secex/SECINT/ME).
- **Casa Civil nomeia diretor de Análises Econômicas da SEPEC/ME.** Foi [nomeado](#) [João Carlos de Andrade Uzêda Accioly](#) para exercer o cargo de diretor de Análises Econômicas da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia (SEPEC/ME).
- **SEPEC designa membros ao Comitê de Empreendedorismo Feminino.** Nesta semana, a Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade divulgou a [relação nominal](#) dos membros (titulares e suplentes) a compor o Comitê de Empreendedorismo Feminino, representantes dos Ministérios da Cidadania (MC); da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI); das Comunicações (MCom); da Educação (MEC); da Mulher, Família e dos Direitos Humanos (MMFDH); da Economia (ME); bem como do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES); do Grupo Mulheres

do Brasil; do Conselho da Mulher Empreendedora e da Cultura (CMEC); do Instituto Unidos Brasil; da Câmara Brasileira da Economia Digital; do Instituto MandaVer; da Confederação Nacional da Indústria (CNI); do Grupo BID no Brasil; do Banco Mundial para o Brasil; e da Aliança Empreendedora.

## Agendas de Destaque

- O ministro das Comunicações, **Fábio Faria**, cumpriu agenda internacional nos Estado Unidos, onde reuniu-se com empresas de tecnologia. Faria visitou, dentre outras, a sede da Intel Corporation para debater sobre o uso de semicondutores, novas tecnologias com 5G e Wi-Fi 6.
- O novo ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, **Paulo Alvim**, participou, nesta semana, do II Fórum de Inovação da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE), que argumentou sobre o papel estratégico dos governos federal, estadual e municipal para a mitigação de riscos tecnológicos, mercadológicos e financeiros das empresas do setor de tecnologia e inovação no cenário de retomada do desenvolvimento e de crescimento econômico de um país. Na ocasião, Alvim também falou da importância da inovação nas empresas e ressaltou o papel do governo neste processo.
- Nesta semana, o diretor-presidente, **Waldemar Gonçalves**, a diretora **Nairane Rabelo** e a assessora técnica **Caroline Kapel**, da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), representaram o Brasil no *Privacy Symposium*, realizado em Veneza, Itália. No evento, Gonçalves participou do painel “*Perspectivas sobre a evolução da proteção de dados ao redor do mundo (além da União Europeia)*”, onde apresentou a estrutura brasileira de proteção de dados. Em outro painel, que debateu sobre a “*Perspectiva brasileira da proteção de dados*”, o diretor-presidente abordou a importância da promulgação da Emenda Constitucional nº 115 e da regulamentação das transferências internacionais de dados pessoais a ser promovida pela ANPD.
- O ministro da Economia, **Paulo Guedes**, participou do evento *Brazil Investment Forum*, onde destacou os feitos do governo durante a pandemia através da ideia “saúde sem esquecer a economia”. O ministro também ressaltou a preocupação com os ajustes fiscais e teto de gastos, além de abordar assuntos como reformas, Lei das *stratups*, a digitalização do Governo e criação de programas de crédito.